

FÓRUM CBIC - Obras Públicas, Parcerias e Programa Minha Casa Minha Vida

CONSTRUINDO SUGESTÕES PARA APRIMORAR A RELAÇÃO
COM FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NAS OBRAS PÚBLICAS

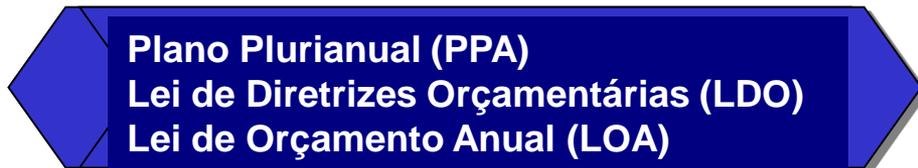
ATUAÇÃO CAIXA NAS OBRAS PÚBLICAS

ARACAJU-SE

REPASSES E A CAIXA



Presidência da República



Congresso Nacional



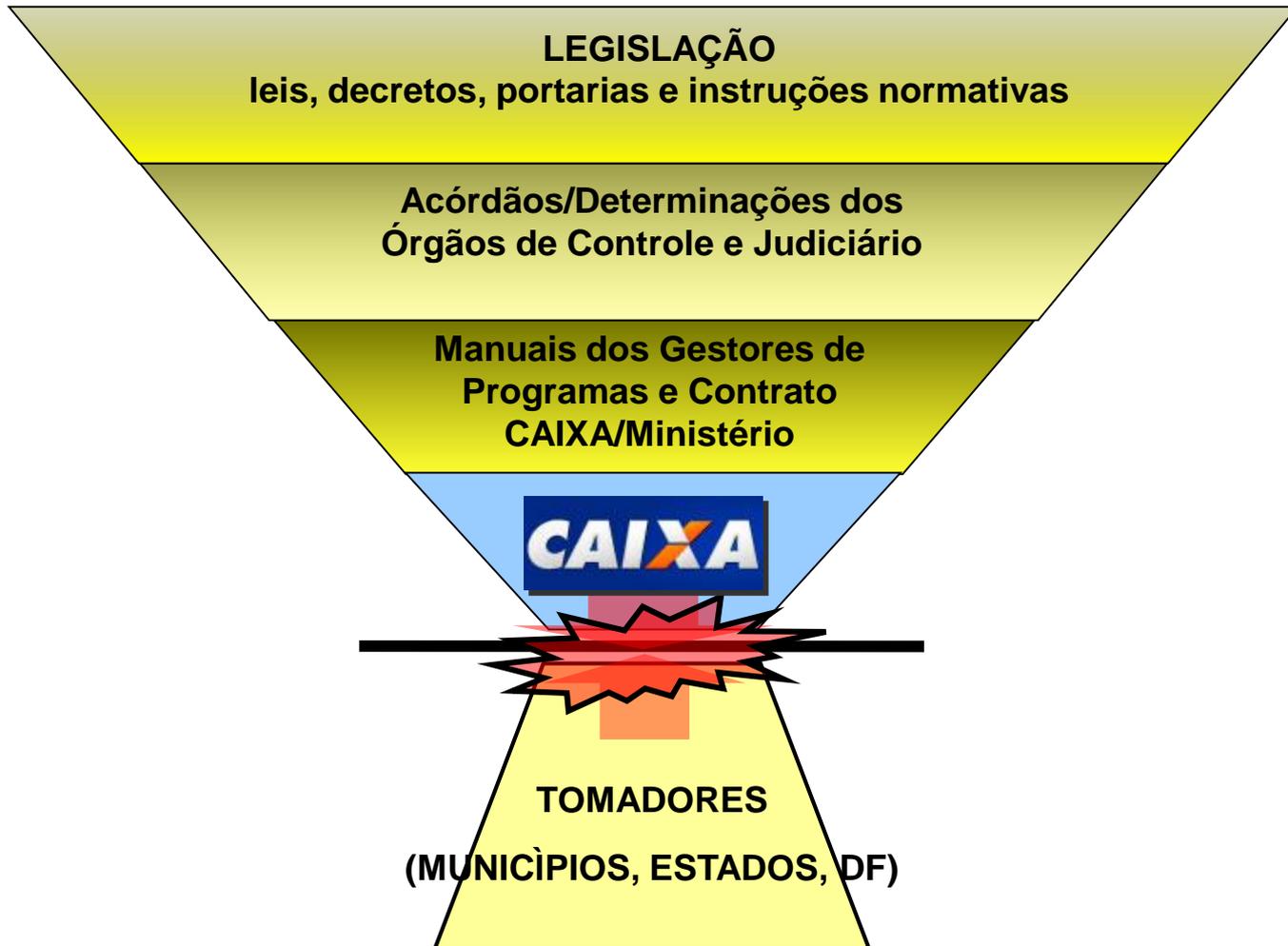
Ministérios (Órgãos Gestores)



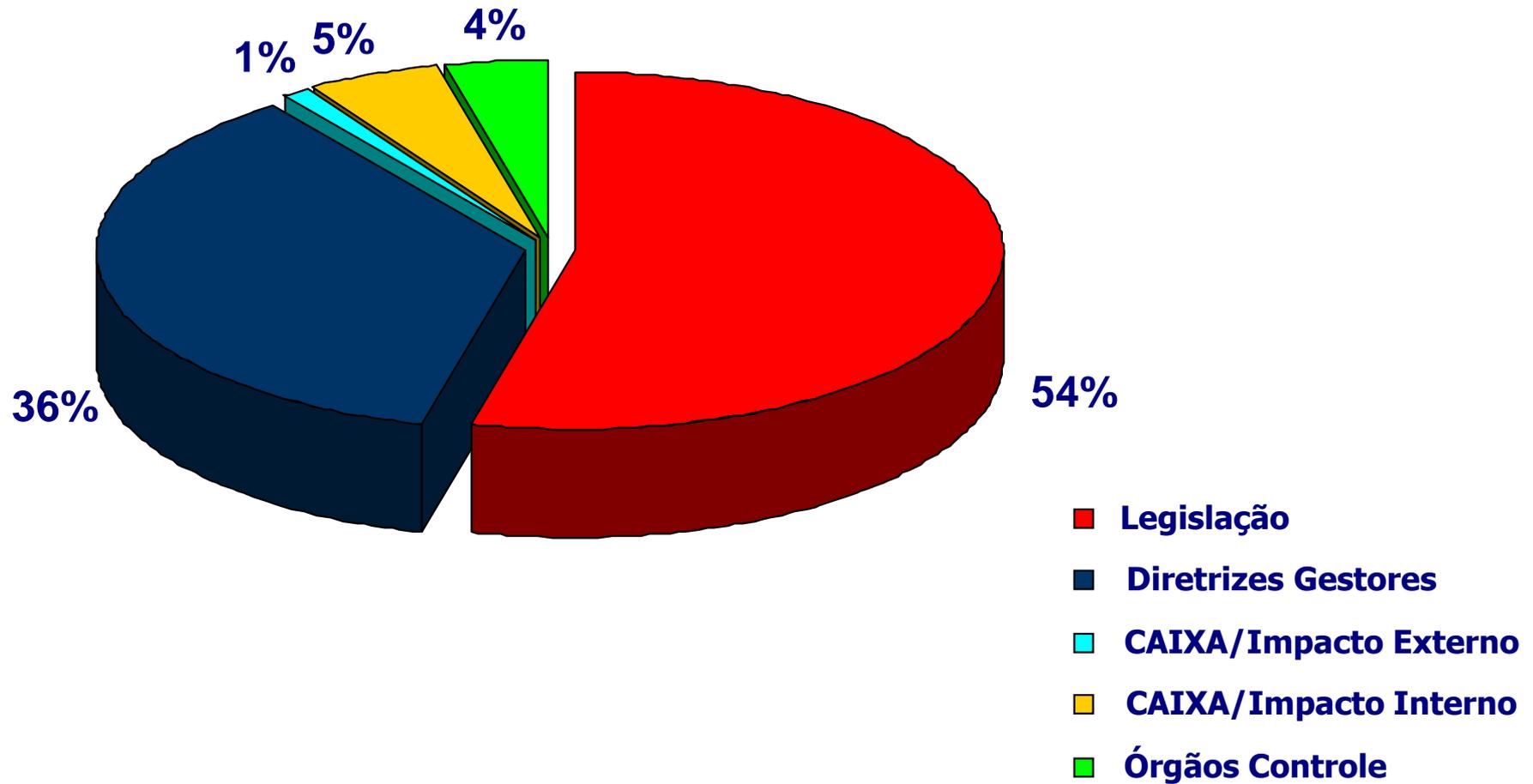
O Papel da CAIXA:
Mandatária da União nas
Transferências do OGU

Estados - Municípios - Tomadores

REPASSES E A CAIXA



ORIGEM DAS EXIGÊNCIAS DO PROCESSO DE REPASSE OGU



TOMADOR DO RECURSO

(estados e municípios)

Elabora projetos e orçamentos, observando as restrições impostas pela Lei 8.666/93, pelo Decreto 7.983/13 (SINAPI/SICRO), Lei 13.303/16 e pela LDO. Contrata e fiscaliza a obra.

Foco:

REALIZAÇÃO

CAIXA

(agente operacional)

Em nome do gestor, analisa projetos e orçamentos, com vistas a garantir a correta aplicação do recurso e a conclusão do objeto contratado. Fiscaliza o contrato de repasse, não a obra.

Foco:

VIABILIDADE

ÓRGÃOS DE CONTROLE

(TCE, CGU, TCU)

Realizam auditorias para controle da aplicação do recursos.

Foco:

CONTROLE

Conclusão quanto à
**VIABILIDADE
TÉCNICA** do
empreendimento

CONCEPÇÃO

*ADEQUAÇÃO AOS OBJETIVOS DO
PROGRAMA/AÇÃO*

COMPATIBILIDADE COM A CIDADE/REGIÃO

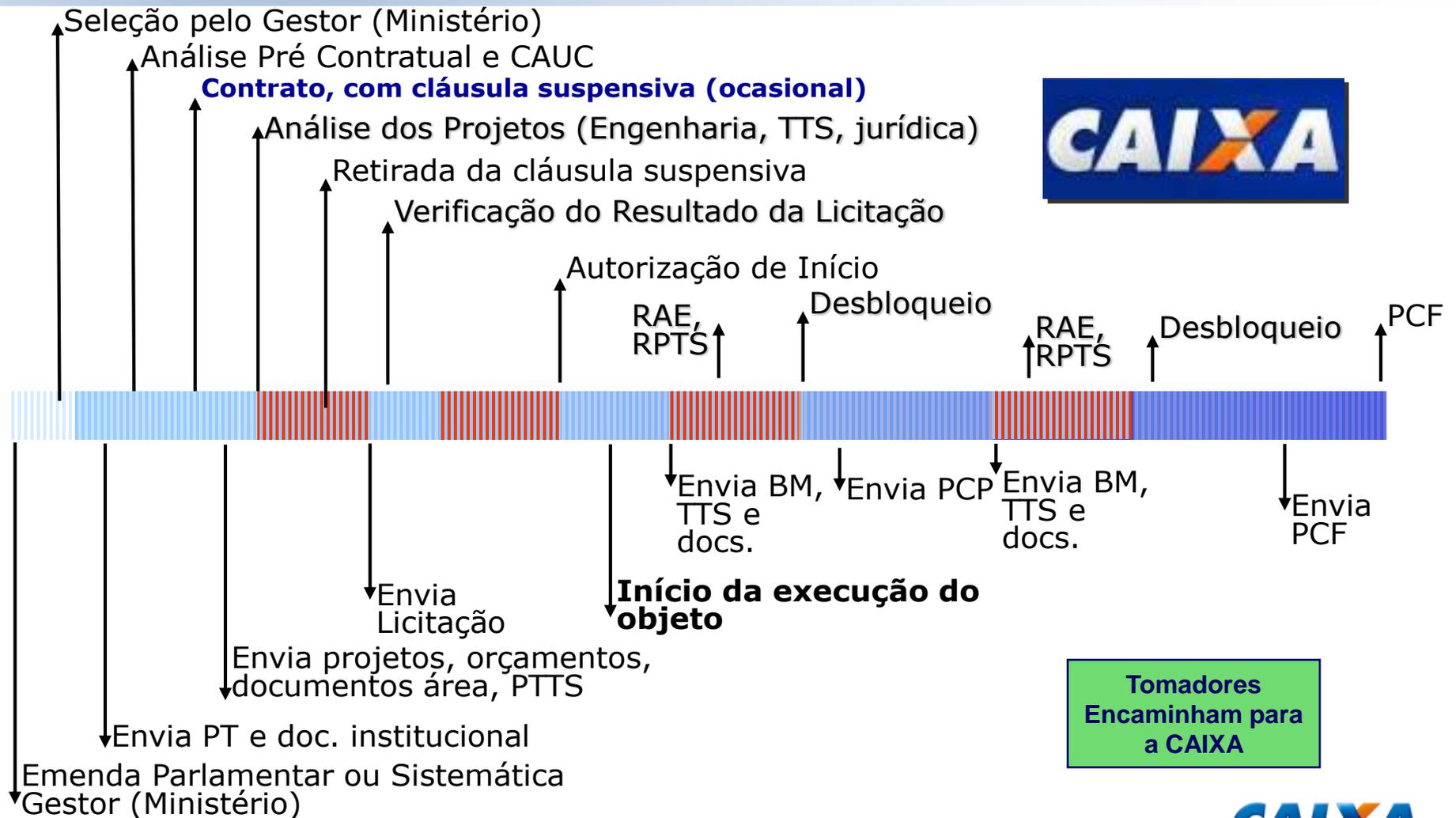
ADEQUAÇÃO DE CUSTOS

CONSTRUTIBILIDADE/EXEQÜIBILIDADE TÉCNICA

PRAZOS

*ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E
URBANÍSTICA*

CICLO DAS OPERAÇÕES DE REPASSE - OGU



PROBLEMAS FREQUENTEMENTE APONTADOS PELOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Licitação em inconformidade com legislação

Serviços realizados em desacordo com o projeto aprovado

Composição de custos e/ou BDI inadequados

Custos unitários superiores aos custos dos Sistemas de Referência

Ausência de Orçamento Detalhado

Deficiência da Fiscalização Local

Utilização de serviços menos econômicos ou tecnicamente menos recomendáveis

Modificação do regime de licitação

Projeto básico deficiente

Ausência ou Insuficiência de Estudos Prévios, principalmente Geotécnicos

Medição e pagamento de serviços executados em quantidade inferior ou não executados

PROBLEMAS COMUMENTE VERIFICADOS NOS CONTRATOS

Modificação do contrato de obras sem comunicação ao Ministério/Caixa

Avanço físico do empreendimento atestado pela fiscalização do tomador não é compatível com obras e serviços visualizados em campo pela CAIXA

Deficiência na Fiscalização Local

Tomador não efetiva depósito da Contrapartida e não presta contas

Irregularidade cartorial da área de intervenção

Tomador não dá relevância ao trabalho técnico social, retardando sua contratação

Alteração do projeto ou área de intervenção

Licitação com preços superiores às referências, sem justificativa

Inexistência de projeto básico aprovado na esfera local e demais licenças e aprovações

Excessiva demora do tomador em realizar os ajustes de projeto solicitados

PONTOS DE ATENÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DA EFETIVIDADE NA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Maior atenção às fases de Projeto, Planejamento e Orçamentação

Fiscalização mais efetiva de parte do setor público

Mecanismos para melhoria da Capacidade Técnica dos Entes Públicos

Crítica aos elementos técnicos da documentação da Licitação

Análise quanto à adequação da modalidade de licitação adotada

Promoção de fóruns setoriais com participação de todos os entes da cadeia produtiva

gepad@caixa.gov.br

OBRIGADO!